



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003821-07.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos**
 Requerente: **DANILO DA SILVA PAES**
 Requerido: **Instituto Monitor Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que celebrou contrato com a ré para que ela lhe ministrasse curso à distância, mas não atingiu a média necessária em uma disciplina.

Alegou ainda que solicitou as provas para que pudesse analisá-las, o que não foi aceito pela ré sob o argumento de que "por questões de segurança as provas não saem da escola".

Almeja à sua condenação a exibi-las em Juízo.

O exame dos autos revela que a contratação entre as partes é incontroversa, a exemplo da circunstância do autor não ter alcançado a média mínima na disciplina "Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa" (fl. 05).

Assentadas essas premissas, o acesso do autor às provas é inquestionável, tanto que não foi refutado pela ré.

Esta na peça de resistência destacou que o autor não solicitou a exibição em apreço, que ele poderia ver as provas na secretaria escolar e que não haveria embasamento para que isso se desse fora do estabelecimento de ensino.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A questão do autor ter ou não solicitado a exibição das provas é irrelevante porque em nada influencia a decisão da causa.

Muito embora se reconheça que ele poderá comparecer à secretaria escolar, não se sabe se isso teria sucesso.

Com efeito, já se estabeleceu clima de conflito entre as partes, seja pela reclamação ofertada ao PROCON local (fls. 02/04), seja pela propositura da presente ação, e diante desse cenário há dúvidas sobre a possibilidade concreta da opção apresentada implementar-se como forma de resolução da pendência.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) atestam que em situações afins por vezes o desgaste havido prejudica o contato pessoal dos interessados, o que poderia na espécie vertente comprometer a eficácia da medida desejada.

Assim, e sendo incontroverso que o autor pode verificar as provas, a alternativa preconizada a fl. 110 afigura-se-me como mais adequada e efetiva à definição do litígio.

Ela de um lado resguardará o direito do autor em ter acesso às provas que efetuou e, de outro, preservará o direito da ré sobre as mesmas, não as entregando diretamente a ele.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a, no prazo máximo de dez dias, apresentar nos autos as provas indicadas pelo autor a fl. 01 e que se encontram especificadas a fl. 05.

Por ora, deixo de fixar pena pecuniária para o caso de eventual descumprimento, o que poderá suceder no futuro, se necessário.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**